

CENTRO UNIVERSITARIO ATENAS

MARCELO SANTOS SANTANA

**AMBIVALENCIA NA EDUCAÇÃO DOS FILHOS NA
ATUALIDADE: influências positivas e negativas**

Paracatu

2020

MARCELO SANTOS SANTANA

AMBIVALENCIA NA EDUCAÇÃO DOS FILHOS NA ATUALIDADE: influências
positivas e negativas

Monografia apresentada ao Curso de Psicologia do UniAtenas, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Escolar, Educacional e Familiar.

Orientadora: Prof^a. Msc. Layla Paola de Melo Lamberti

Paracatu

2020

MARCELO SANTOS SANTANA

AMBIVALENCIA NA EDUCAÇÃO DOS FILHOS NA ATUALIDADE: influências
positivas e negativas

Monografia apresentada ao Curso de
Psicologia do UniAtenas, como requisito
parcial para obtenção do título de
Bacharel em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia
Escolar Educacional e Familiar.

Orientadora: Prof^a. Msc. Layla Paola de
Melo Lamberti

Banca Examinadora:

Paracatu – MG, ____ de _____ de _____.

Prof^a. Msc. Layla Paola de Melo Lamberti
Centro Universitário Atenas.

Prof 1 Msc. Robson Ferreira Dos Santos
Centro Universitário Atenas.

Prof 2 Msc. Helen Conceição Cardoso Soares
Centro Universitário Atenas.

Somente através da ajuda da inteligência infinita de Deus que este trabalho foi concluído de forma satisfatória. Agradeço e dedico esta monografia a Ele por ter me capacitado chegar até aqui e a mim mesmo por todo esforço e dedicação. Quero dedicar também este trabalho de conclusão de curso à minha orientadora Prof^a. Msc. Layla Paola de Melo Lamberti, cuja dedicação e paciência serviram como pilares de sustentação para a conclusão desse trabalho. Grato por tudo.

AGRADECIMENTOS

Começo por agradecer a Deus por, ao longo deste processo difícil e desgastante, me ter feito ver o caminho, nos momentos em que pensei em desistir.

Ao meu namorado, melhor amigo e companheiro de todas as horas, Rai da Silva Gama, pelo carinho, compreensão, amor e solidariedade inefável e por sempre me apoiar em todas as minhas decisões.

Aos meus pais, irmãos, sobrinhos, cunhados e cunhadas, eu devo a vida e todas as oportunidades que nela tive e que espero um dia poder lhes retribuir.

Não posso deixar de agradecer ao Centro Universitário UniAtenas por ser um espaço que privilegia o conhecimento e onde todas as ideias são bem recebidas.

Deixo também um agradecimento especial aos meus professores, pois sem eles esta monografia não teria sido concretizada.

Agradeço ainda aos meus amigos e familiares que ao longo desta etapa me animaram e me apoiaram, fazendo com que esta fosse uma das melhores fases da minha vida.

A todas as pessoas que de uma alguma forma me ajudaram a acreditar em mim, eu quero deixar um agradecimento eterno, porque sem elas não teria sido possível.

“A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo.” (Albert Einstein)

RESUMO

O intuito deste trabalho é relatar as influências positivas e negativas que as ambivalências na educação dos filhos podem causar aos mesmos. Descrevendo e elucidando o processo de educação dos filhos e as consequências causadas pela terceirização desta educação. Estudos revelam as repercussões no contexto familiar perante as dificuldades encontradas pelos pais e, conseqüentemente, o papel do psicólogo nesse contexto. Os estudos revisados sugerem que o evento de terceirizar as obrigações dos pais pode gerar danos no desenvolvimento da criança, já que por ficarem aos cuidados de outros que não sejam os pais, são ceifados de tudo aquilo que os é de direito as crianças acabam ficando prejudicadas.

Palavras Chaves: Psicologia; Ambivalência; Educação compartilhada.

ABSTRACT

The aim of this work is to report the positive and negative influences that ambivalences in the education of children can cause to them. Describing and elucidating the children's education process and the consequences caused by outsourcing their children's education. In particular, the repercussions in the family context are discussed in view of the difficulties encountered by parents and, consequently, the role of the psychologist in this context. The reviewed studies suggest that the event of outsourcing the parents' obligations can damage the child's development, since by being in the care of others who are not the parents, they are cut off from everything that is their right, the children end up being harmed.

Key words: *Psychology; Ambivalence; Shared education.*

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: 5 FASES DO DESENVOLVIMENTO PSICOSSEXUAL

24

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DNC	Departamento Nacional da Criança
LBA	Lei Brasileira Assistencial
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
SEPRE	Serviço Educacional Pré-Escola

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. PROBLEMA	12
1.2. HIPOTESE DE ESTUDO	12
1.3. OBJETIVOS	12
1.3.1. OBJETIVOS GERAIS	12
1.3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
1.4. JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	12
1.5. METODOLOGIA DO ESTUDO	13
1.6. ESTRUTURA DO TRABALHO	14
2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO DE EDUCAÇÃO DOS FILHOS	16
3. TERCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DOS FILHOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS	21
4. O PAPEL DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO FAMILIAR FRENTE ÀS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS PAIS NO PROCESSO DA TERCEIRIZAÇÃO DOS FILHOS	28
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	31

1. INTRODUÇÃO

As mudanças do contexto social, conseqüentemente promovidas pela industrialização, promoveram a emancipação da visão que a população tinha a respeito da mulher, que ela deveria ser somente a dona do lar. A urbanização e o capitalismo promoveram um caminho diferente para o modo de vida de cada indivíduo na sociedade. Segundo Oliveira (2016), as pessoas começaram a trabalhar por mais tempo e exercerem atividades em conjunto. Assim, como os pais passaram a ter a responsabilidade de dividirem a educação dos filhos entre si, ou entre terceiros.

Desta maneira, o Art. 205 da constituição Brasileira (1988) cita que:

É assegurado constitucionalmente que a educação é um direito de todos, dever do Estado e da família, que deve ser promovida e incentivada pela sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Entende-se que a criança tem o direito a educação e a responsabilidade cabe ao Estado e a família. Soares (2010) ressalta que é primordial o envolvimento dos pais no processo ensino aprendizagem para contribuir na construção do caráter e da moralidade dessa criança, que se torna constituinte da sociedade.

De acordo com Oliveira (2010) existem conseqüências e fatores ao qual influenciam a educação das crianças, e nesse quesito se enquadra a ambivalência dos pais em saber lidar com suas ações para direcionamento dos processos de aprendizagem da criança, seja nas suas atitudes ou em relação ao que ambos pensam e acreditam em ser o melhor para a educação do filho.

Desta maneira, objetivo do presente trabalho é avaliar quais os impactos da ambivalência na educação dos filhos, elencando a importância do acompanhamento psicológico na educação dos filhos, intervindo para a solução de possíveis conflitos que possa haver entre os pais, e até mesmo orientar ambos e a criança quanto a melhor forma de convívio entre família.

1.1. PROBLEMA

Quais os impactos e influências da ambivalência na educação dos filhos na atualidade?

1.2. HIPOTESE DE ESTUDO

- a) Muitos pais precisam da ajuda de outras pessoas ou profissionais para ajudá-los na educação das crianças. Existe então a necessidade de traçar estratégias a respeito do vínculo que a criança estabelece com os adultos que dividem a responsabilidade de educá-las, para alcançar resultados que visam priorizar a saúde mental e bem-estar da criança.
- b) É preciso pensar em longo prazo e buscar qualificar profissionais para encontrar soluções benéficas e traçar estratégias, para entender juntamente com os cuidadores, diversos meios de experiências entre os adultos, as crianças e o profissional capacitado.

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. OBJETIVOS GERAIS

Relatar as influências positivas e negativas que as ambivalências na educação dos filhos podem causar aos mesmos.

1.3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) descrever historicamente o processo de educação dos filhos;
- b) evidenciar as consequências causadas pela terceirização da educação dos filhos.
- c) identificar o papel do psicólogo no contexto familiar frente às dificuldades encontradas pelos pais no processo da terceirização dos filhos.

1.4. JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

O processo de educação dos filhos é um desafio para a maioria dos pais visto que não existem famílias com um método único e específico de educar as crianças.

Ressalta-se que a sociedade atual tem se transformado e os papéis tradicionais dos pais deixaram de ser padrão e estão sendo substituídos por novas configurações familiares.

O estudo da ambivalência na educação dos filhos ajuda a compreender que o papel dos pais é complexo e multidimensional, e que podem ser observados em diferentes momentos da relação entre pais e filhos. Apesar de todas as mudanças sofridas pela família contemporânea, a distinção entre os papéis dos homens e das mulheres ainda é evidente.

Recentemente, a forma como o pai tem participado diretamente na educação dos filhos, ajudando a construir novos enquadramentos das obrigações masculinas em relação à paternidade. Essa relação faz com que os filhos criem um contato mais intenso com os pais, além de torná-los figuras de exemplo em suas vidas.

De fato, a educação dos filhos é uma questão que precisa ser estudada, trabalhada e pensada. Como cada vez mais, há a necessidade de compartilhar as responsabilidades na educação das crianças, seja ela com membros da família, cuidadores ou em escolas/ creches. Sabe-se que este é um processo que precisa de adaptação tanto dos educadores quanto das crianças.

Existem vários relatos que crianças que sofrem influência de vários tipos de educação podem desenvolver distúrbios emocionais, se tornarem agressivos, impulsivos, desencadeando problemas psicomotores. Sendo assim, é de extrema importância avaliar a ambivalência na educação de crianças e adolescentes, com o intuito de proporcionar melhores vivências e contribuir positivamente para formação psicomotora destas crianças.

1.5. METODOLOGIA DO ESTUDO

O presente estudo é uma pesquisa bibliográfica de natureza exploratória, que segundo Gil (2010), tem a finalidade de fazer um estudo teórico explorando e descrevendo os pontos positivos e negativos da ambivalência na educação dos filhos. Nesse sentido, Lima e Miotto (2007) afirmam que é comum que a pesquisa bibliográfica apareça caracterizada como revisão de literatura ou revisão bibliográfica. Isto acontece porque faltam entendimento e conhecimento de que a revisão de literatura é apenas um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa; visto que a pesquisa bibliográfica é um conjunto ordenado de

procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório.

Ao se tratar de pesquisa bibliográfica, compreende-se que possui uma base teórica ao seu estudo, pois o mesmo não terá grande relevância sem uma base.

Ao tratar da pesquisa bibliográfica, é importante destacar que ela é sempre realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos. Portanto, difere da revisão bibliográfica uma vez que vai além da simples observação de dados contidos nas fontes pesquisadas, pois imprime sobre eles a teoria, a compreensão crítica do significado neles existente (LIMA e MIOTO, 2007, p. 44).

Sendo assim, conforme Gil (2010), o trabalho será realizado através de pesquisa bibliográfica do tipo exploratória que apresenta como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista formulação de problemas mais precisos e hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

Serão realizadas pesquisas científicas em bases de dados como *Pubmed*, *Scielo* e *Google acadêmico*. Também serão utilizados livros relacionados ao assunto do acervo da biblioteca do Centro Universitário Atenas.

1.6. ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho de conclusão de curso foi dividido em cinco capítulos, e as referências.

O primeiro capítulo contempla a introdução do trabalho, o problema norteador da pesquisa, os objetivos gerais e específicos, bem como as hipóteses sugeridas dessa referida monografia, metodologia utilizada e estrutura do trabalho, sendo de grande relevância.

O segundo capítulo descreve historicamente o processo de educação dos filhos, onde surgiu, abordando um breve histórico do seu processo.

Terceiro capítulo encontra-se o tópico das consequências causadas na educação terceirizadas dos filhos, sejam elas positivas e negativas.

Quarto capítulo possui informações e identificação do papel do psicólogo no contexto familiar frente às dificuldades encontradas pelos pais no processo de terceirização dos filhos.

Quinto capítulo traz as considerações finais, em que contém um fechamento das informações constantes no contexto do trabalho de conclusão do curso, conectando conceitos e ideias concluindo os assuntos apresentados na introdução do trabalho.

Por último é apresentado às referências utilizadas para confecção do presente trabalho.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO DE EDUCAÇÃO DOS FILHOS

O estudo da história da infância e do processo de educação no Brasil em um contexto social-histórico é desafiador, para tanto, faz-se necessário ressaltar e os estudos realizados pelo autor Moysés Kuhlmann Júnior, um pedagogo dedicado à pesquisa historiográfica na área de educação infantil. Segundo Silva (2007) é, sobretudo, fundamental resgatar a metodologia de aprendizagem no tempo da infância brasileira com intuito de abranger o contexto cultural, histórico e socioeconômico.

De acordo com Kuhlmann Jr. (2010) as mudanças socioeconômicas e culturais ocorridas no final do século XIX na Europa demonstram um ideal de nação civilizada construída pelas mãos dos trabalhadores jovens e das crianças. Ou seja, o desenvolvimento científico e tecnológico consolidou a inclinação de mitificação da ciência e de valorização da infância que vinham sendo desenvolvidas no período anterior. Passou-se então a privilegiar as instituições para a infância como, a escola primária, o jardim de infância, a creche, dentre outros.

No Brasil, de acordo com Nascimento (2015), a chuva de conceitos pedagógicos modernos copiados das regiões de primeiro mundo, em meio ao fim do século XIX e a fase inicial do século XX, conscientizou com que os juristas, médicos, religiosos e intelectuais recuassem seus olhares para a infância no Brasil, dando uma importância maior para a infância carente. Com o intuito de moldar o Brasil da mesma forma que a Europa, dando uma atenção ainda maior como foco principal na infância.

Sendo assim, o autor ainda evidencia que o intuito de resguardar as crianças estimulou a ideia de criar muitas instituições associadas para acolher nas mais variadas questões assim como, na sobrevivência, saúde, educações e direitos sociais. Antes deste método, acomodações alternativas foram criadas com o objetivo de dar atenção as crianças menos favorecidas (NASCIMENTO, 2015).

Para Nascimento (2015), o meio infantil, maternal e o emprego da mulher interligada ao ponto econômico do método constitucional de uma sociedade é cada vez mais capitalista, partindo da organização e da urbanização do serviço na indústria, formando o argumento na história pelo qual deu origem o início da criação das creches construídas no território brasileiro.

A evolução do crescimento universal no fim do século XIX induziu os institutos que trabalhavam com a educação na infância em diversas nações, com o objetivo de equilibrar a vida da sociedade envolvendo o crescimento das indústrias na fase em que urbanização se desenvolvia. Foi criado então creches para crianças de zero a três anos, pensando principalmente nas famílias desamparadas, para que a figura materna não abdicasse de suas crianças. Na Europa a creche foi criada com o objetivo principal abrigar as crianças para que as mulheres pudessem trabalhar nas indústrias (KUHLMANN JR., 2010).

No Brasil, a creche foi criada para solucionar os problemas advindos da lei do ventre livre, educando os filhos de escravos na fase infantil. Conforme Góes e Florentino (1997), no caso do Brasil é indispensável que se narre a história consolidada pelas crianças filhos de negros escravos. Sendo esses amparados pela Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre ou lei do Rio Branco que protegia e dizia que filhos de escravas que nascessem seriam libertos. A lei do ventre livre determinava que: “Art. 1º - Os filhos de mulher escrava que nasceram no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre.” (BRASIL, 1871).

Exclusivamente depois do estágio republicano, quando as indústrias e comércios obtiveram máxima pulsão, dentre os demais institutos foram criados para receber os meninos dos empregados e proletários, concedendo estes benefícios os estados, do Rio de Janeiro, Distrito Federal e São Paulo sendo antecessores neste parecer. Em contrapartida, as crianças da alta sociedade eram destinadas ao jardim de infância, com uma ideia de uma formação coerente propulsora referente à melhoria contínua da ciência (MICARELLO, 2011).

Segundo Rafael (2009), o início da inauguração dos jardins de infância particulares foi custeado pela mesma classe alta, onde os institutos responsabilizariam por suas crianças, tendo como finalidades utilizadas pelos estrategistas como uma forma de propaganda como marketing, a fim de atrair as famílias ricas, que jamais pudesse ser misturado com creches que abrigavam os menos favorecidos.

Com a vinda da população da Europa no território brasileiro, trouxe para o setor operário maior destaque se tornando mais forte o que os fez com que eles lutassem por seus direitos como uma melhor condição de trabalho, dentre elas o surgimento de institutos para educar e cuidar de suas crianças. Diante desses

expostos, Paschoal e Machado (2009) afirmam que a figura feminina apossou de seus lugares no mercado empregador, resultando no acréscimo da necessidade de mais institutos que cuidasse e educasse as crianças do país.

Contudo, apenas com o surgimento da nova fase, mais conhecida como Estado Novo (1937-1945), os governantes tomam ciência da importância de assumirem o acolhimento das crianças para a evolução do país, dando origem ao surgimento de um ministério que cuidaria da educação e saúde. Porém, o que era proposto pelo governo era o de estabelecer acordos com empresas privadas e filantrópicas, no custeamento para atender de forma indireta e na fundação de programas como “mãe crecheira” (MICARELLO, 2011).

Segundo Micarello (2011), dessa maneira, apartava-se das responsabilidades de criar e gerenciar de forma direta esses institutos e, sobretudo, subsidiando para a sociedade civil a responsabilidade inquestionável da estatal. Unido e cunhado a criação do ministério da saúde e educação, na década de 1940, surge normativas que deviam ser respeitadas para o funcionamento de creches, impostos pelo Departamento Nacional da Criança (DNC).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 4.024 de 1961 surge para impor que jovens com menos de sete anos de idade seriam educados nas escolas maternas ou jardim de infância. Contudo, a aludida lei ainda estimulou que empresas e as indústrias se mantivessem nas responsabilidades da criação das crianças de seus operários. De acordo com Kuhlmaan Jr (2000), notava-se que o vínculo entre os institutos que educavam as crianças e o sistema da educação, que tinha suas obrigações administradas pelos órgãos assistenciais, da saúde ou previdência.

Ainda conforme Kuhlmaan Jr (2000), o acordo para dar assistência a pré-escola no ano de 1967, aconselhou as igrejas das mais variadas designações que implantassem os centros para acolher as crianças, sugerido como programas emergenciais que atendessem os jovens do segundo ao sexto ano de vida que habitavam em bairros da periferia.

Do mesmo modo, o estado renuncia de suas obrigações para educar as pequenas crianças, ao definir apenas o cuidado da educação infantil como item imposto para o sistema de ensino, como é indicado pela LDB 5.692 de 1971, que “Os sistemas de ensino cuidarão para que jovens de idade inferior gozem de uma

educação nas pré-escolas em fase de maternal, jardins infantis e institutos equivalentes” (KUHLMANN Jr. 2000).

Os anos de 1970 marcou o aumento das reclamações por institutos que fossem responsáveis por educar a infâncias brasileiras. Designado por parte da população que tinha necessidade por este tipo de serviço, a agitação, de acordo com Spada (2005), deu origem no estado de São Paulo, entre as décadas de 1978 a 1982 desenvolvendo uma admirável função de exigência pela extensão do educandário pelo país.

Com isso, surgiram sugestões de instituto de menor custo para a classe baixa. Em 1974 surgiu o emprego do Serviço Educacional Pré-Escola (SEPRE) no comando do Ministério da Educação (MEC) implantado na década de 1977 pela Lei Brasileira Assistencial (LBA). Segundo Paschoal e Machado (2009), na mesma década da LBA publicaram o documento do projeto com o roteiro de atividades que visam em busca pelo programa que envolveu o desenvolvimento para orientação familiar.

A conexão entre os educandários e os poderes governamentais, foi de grande valia para o conhecimento e criação da lei da educação, distinguindo para a probabilidade das superações dos ambientes de segregações sociais, que tiram a infância das classes baixas e institutos de educação ligadas aos instrumentos assistenciais igualitárias (FERREIRA, 2000).

Em adição, a partir da publicação da Constituição do ano de 1988, as crianças passaram a ser sujeitos respeitados como direito igual a todos, como: respeito, liberdade, dignidade, lazer, educação, cultura, convivência familiar e em convívio em sociedade, saúde e alimentação (GUIMARÃES, 2011).

Diante da lei estabelecida LDB 9.394/9624 em 20 de dezembro de 1996, constatou o atrelamento formal a educação no acolhimento das crianças explicitado, em que o infante juvenil passou a ser respeitada. A principal fase educacional é obra de grandes batalhas e lutas da coletividade civilizada, com a movimentação da figura feminina que estavam à frente das pesquisas no campo educação e da infância, de maneira especial no decorrer dos anos de 1980.

Para Guimarães (2011), é importante salientar que o contexto legítimo é marcado por ser completo dentre os institutos responsáveis pela educação da infância e a família. Além de preparar o seu desenvolvimento trabalhista e uma auto

avaliação no infante juvenil que assumiu uma atitude de acompanhar, e não de condenação.

Segundo Kramer (1995), ressalta que essa nova fase, impulsionada pelo aumento considerável pela presença das mulheres que a partir daí no comércio de suas tarefas, é apontado pela consideração dos institutos da educação da infância como corretas e legais, como competentes para prestar uma educação de qualidade para os jovens que frequentassem essas instituições, logo que os padrões de qualidade fossem alcançados para essa função.

Mediante os benefícios dos centros educacionais, Kuhlmann Jr (2000) ressalta o resultado da constituição histórica social dos institutos educacionais infante juvenil que precisam estar ligados ao direito da família, e da mãe que trabalha, para possuir um direito da criança. Assim, entende-se que os institutos educacionais são um direito adequado de uma grande conquista.

3. TERCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DOS FILHOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Desde a antiguidade, e durante séculos à mulher foi negada o direito de ser protagonista da sua própria história. Suas funções perpassam por funções de domínio e submissão. A figura feminina foi, e em muitos casos ainda é taxada como atuante apenas em atividades domésticas e de reprodução, tais como o cuidado com o lar, o marido, os filhos, atividades exercidas não por méritos próprios, antes por generosidade dos homens, fazendo assim com ela coparticipe, de maneira invisibilidade das atividades (RIOS, BARROS e BASTOS, 2015).

Segundo Pedro e Guedes (2010), no que se refere à sexualidade, o pensamento sempre foi, e em alguns casos ainda é, que a diferença é inseparável, independentemente da idade que a figura feminina possua, a figura masculina apresenta sua superioridade sempre conservada.

Souza (2009) ressalta que não havia valorização da figura feminina, sendo enxergada como um ser inferiorizado, não possuindo voz ativa na família, menos ainda diante da coletividade, com sua função resumida em apenas como cuidadora do lar, de suas crianças e do marido. Por um período relevante a figura feminina foi um ser submisso que aceitavam essas submissões.

As mudanças do contexto social, assim conseqüentemente promovidos pela industrialização, promoveram a emancipação da visão que a população tinha a respeito da mulher, que ela deveria ser somente a dona do lar. A urbanização e o capitalismo promoveram um caminho diferente para o modo de vida de cada indivíduo na sociedade. As pessoas começaram a trabalhar por mais tempo e exercerem atividades em conjunto. Assim, como os pais passaram a ter a responsabilidade de dividirem a educação dos filhos entre si, ou entre terceiros (OLIVEIRA, 2016).

Contudo, é evidenciando que a criança tem o direito a educação e a responsabilidade cabe ao estado e a família. O envolvimento dos pais é fundamental no processo ensino aprendizagem para contribuir para a construção do caráter e da moralidade dessa criança, que se torna constituinte da sociedade (SOARES, 2010).

Existem conseqüências e fatores ao qual influenciam na educação das crianças, e nesse quesito se enquadra a ambivalência dos pais saberem lidar com suas ações para direcionamento dos processos de aprendizagem da criança, seja

nas suas atitudes quanto ao que é certo ou errado e também em relação ao que ambos pensam e acreditam em ser o melhor para a educação do filho (OLIVEIRA, 2010).

Para Quednau (2007), com a falta tempo e acúmulo de tarefas, as figuras femininas estão cada vez mais exaustas com o trabalho que acabam ficando sem tempo para cuidar de seus filhos em períodos integrais, muitas das vezes deixando a maternidade a desejar, com pouca qualidade, e com tudo isso acabam terceirizando a educação dos filhos com profissionais, avós e outros que não tem o mesmo cuidado que os pais.

Conforme Lima (2015) e Silveira (2014), as babás entram como um ser preciso no ambiente familiar na modernidade de classe baixa e alta, nas quais os pais se dobrem em uma batalha diariamente nos estudos, trabalho e dentre outros compromissos. O vínculo e afinidade que ocorrem entre as babás e os pais é confusa, não estabelece uma relação nítida e clara os limites que separa a empatia da relação entre funcionário e empregador.

Para Mainetti & Wanderbroocke (2013) os avós como probabilidade de terceirizar a educação dos filhos no assunto atualmente das correlações das famílias, os avós, como sempre estão assumindo a criação dos netos, em especial, na educação e criação de seus netos menores de idades. Com o método de terceirizar a educação, os avós assumirem todas os afazeres relativamente aos cuidados principais; saúde, educação que cabia aos pais, educação escolar, higiene, lazer e diversão. Permanecem responsáveis, deste modo, por conjuntos os cuidados dos seus netos. Determinados pais confiam para que os avós possam ajudar nos cuidados dos filhos, alguns pais encarregam totalmente aos avós, retirando-se de suas funções de pais. A partir do momento os avós tomam para si a criação de seus netos, modificam as afinidades de sua família e a interação.

É importante destacar que o ambiente de harmonização entre pai e filho proporciona o vínculo, afinidade, união e dependências afetivas importantes para o crescimento da criança. Frente disso, Benczik (2011) ressalta que a presença afetiva do pai pode engrandecer o sentimento de apego amoroso na relação de pai e filho, e cooperar para que preencha um ambiente antes exclusivo da mãe.

Assim, Oliveira (2016) aborda que a educação é uma das principais funções da família e que ela é responsável por exalar a criança valores, perspectivas culturais e entendimento do meio ao qual a mesma está inserida. Mas mesmo que

isso seja descrito quase como uma obrigação da família e alguns casos a mesma não participa nem de metade da formação individual desse sujeito. E caso, contrário muitos pais acabam atrapalhando o desenvolvimento educacional da criança devido indiferenças de pensamentos e atitudes frente a como deve educar esta criança. Tais atitudes são designadas ambivalência.

É relevante ressaltar que em alguns casos ambiguidade de aspectos e sentimentos acabam dificultando na educação dos filhos, pois, atualmente existem muitas possibilidades e situações que podem interferir na formação da personalidade e sentidos da pessoa (ADORNO, 2011).

Muitos pais procuram por alternativas que minimizem a sua ausência na vida dos filhos, desta maneira procuram por oportunidades de aprendizagem com terceiros, e acompanhamentos para saber lidar com essas situações através de um profissional psicólogo, e até mesmo as escolas já estão se adequando a esta nova modalidade que os centros de educação estão necessitando cada dia mais (OLIVEIRA, 2016).

Conforme Freud (1915), a personalidade se desenvolve no início dos primeiros anos do ciclo da vida, e efeito de uma formação sucede-se de um conjunto de etapas libidinais ou psicosexuais, demonstrado na Figura 1.

Figura 1: 5 FASES DO DESENVOLVIMENTO PSICOSSEXUAL



Fonte: <https://www.opas.org.br>

Das cinco etapas expostas por Freud (1915) as três primeiras são decisivas e ele alerta que se em umas das etapas não possuir preparação pode acarretar interferências e repressões no processo de formação, que aparecerá na fase do ciclo de vida adulto.

As crianças para o seu processo de desenvolvimento e sobrevivência precisam ser cuidadas desde quando nascem, sendo os progenitores responsáveis por conceberem o fundamental vínculo com sua criança, por esse motivo se dá a importância de que sejam recebidas por eles as atenções necessárias. Desta forma, conforme Winnicott (2001), a falta da figura materna, seja pessoalmente ou por não dar a atenção necessária aceitável, pode levar o não comprometimento com os acontecimentos do mundo real as prejudicando.

Do mesmo modo, de acordo com Rhode (1991), a presença do pai é de grande importância para a formação do ser humano adulto, da mesma forma, a falta ou um envolvimento improprio por parte da figura paterna desfavoravelmente atrapalha a percepção emocional da criança.

As atitudes violentas e delinquentes cometidas por adolescentes, sendo eles de classe baixa ou alta, podem estar unidos a falta de exemplos que os jovens pudessem seguir; caracterizados estes pela terceirização da educação, filhos que na fase de formação que foram abandonados pelos pais, sem afeto, sem o cuidado adequado e até mesmo sem os pais (MARTINS, 2007).

No decorrer do histórico da raça humana existem relatos da falta de cuidado com a proteção das crianças. Tornando o número de elevados de mortes das crianças. Levando ao falecimento antes mesmo de completar o primeiro ano de vida. Tais fatos sugerem uma importante reflexão do que ocorria no decorrer do século XX, até mesmo agora, em que a mão de obra das mulheres vem sendo usadas no mercado empregador, apartando a figura feminina da relação com suas crianças, aumentada com a não convivência da figura paterna, tornando cada vez maior o acúmulo de afazeres destinados a figura materna, que passam a duplicar suas jornadas, como muitas mulheres que chegam até terem suas tarefas triplicadas (MARTINS, 2007).

Conforme Martins (2007), consequência disso é que os filhos ficam cada vez mais sozinhos no momento em que seus cuidadores buscam oportunidades para se trabalhar, seja para custear as obrigações ou para nutrir o consumismo desregrado causado pelo capitalismo, tendo como consequência o afastamento do convívio com as crianças e os familiares.

Segundo os ensinamentos de Spitz (1980), que relata sobre o “Hospitalismo”, que é caracterizado pela renúncia afetiva na sua totalidade, os recém-nascidos enfrentavam uma enorme dificuldade no seu desenvolvimento físico, causando a falta de apetite, não engordavam, e com o passar do tempo, deixavam de se interessar nas suas relações com os demais, motivo esse que era relevante o bastante para causar a morte dos bebês.

Para Spitz (1980), acerca-se, deste modo, a falta da figura materna e paterna e os cuidados como fator crucial nas oportunidades que essas crianças possuíam em sobreviver, crianças que foram estudadas, de acordo com a consequente sintomatologia de depressão analítica, que é caracterizada por um estado depressivo se inicia nos primeiros meses de vida. Ocorre em bebês entre os 6 a 18 meses de vida e deve-se a uma separação prolongada da mãe.

Ainda segundo o autor, as consequências desta terceirização apresentado por adolescentes e crianças se enquadra o baixo rendimento escolar, baixo

autoestima, a hiperatividade e o *défit* de atenção, uso de drogas, delinquências, diminuição do desenvolvimento da linguagem e da capacidade cognitiva, tendências agressivas, e dificuldade de relacionamento pessoal, a gravidez precoce ou agressividade estalada (SPITZ,1980).

O mais assombroso é que as crianças, e conseqüentemente adolescentes, possuem relatos de que agem desta maneira na presença dos pais, ainda que determinados sintomas possam ser observados em crianças amadas e bem cuidadas, maior parte destas condutas é frequentemente observada em crianças que vivem em condições de abandono, descuidadas e com ausência de afeto (SPITZ, 1991).

Partindo deste princípio, Martins (2007), destaca que é perceptível que os responsáveis pelos cuidados, como os irmãos, tios, as babás, os avós, professores de creches e de berçários, ou seja, qual for outro responsável caracterizado que não seja os pais não têm o abarcamento emocional que a criança necessita, ainda que este cuidador possua afeto pelo ser que está sendo cuidado, para oferecer o que é necessário para a construção do psiquismo e a firmeza que futuramente ira ser desempenhado.

Com base neste argumento compete trazer as aceitáveis interferências e conseqüências desta terceirização para o desenvolvimento da criança. A fase da estruturação da personalidade e do psiquismo, visto que quando uma criança é ceifada de ser cuidado pelos parentes, ainda mais quando se trata da figura materna e paterna que lhes é fundamental, caminha para o desenvolvimento de patologias e comportamentos agressivos, um comportamento violador, crimes, agressivos, antissociais, álcool e diversas outras drogas, abuso de substâncias psicoativas, relação sexual cada vez mais cedo, dependência excessiva, estado de depressão, transtornos do ego dentre muitos outros podemos apontar no comportamento dos seres humanos do nascimento até a fase em que deixam de ser adolescentes na sociedade atual como com filhos órfãos (SINAY, 2012).

Conforme Bowlby (1990) avigora que quando o filho é afastado da figura materna, seja ela afastada fisicamente ou emocionalmente, são diversas as sequelas, seja na ordem física, ou intelectual e social, sendo capaz, de até mesmo protagonizar o surgimento doenças do físico e da mente como: distúrbios psiquiátricos, psiconeuróticos, psicóticos ou sociopatas tornando-os incapazes de manter ou estabelecerem conexões afetivas.

Se tratando ainda desse assunto, entende-se que bebês são expostos ao contato com instituições e são privados da afetividade por um longo período podem ser gravemente lesados da personalidade futuramente e está inquietação vai muito além da área psicológica, chegando até a área social, podendo provocar perversões e delinquência social ou psicopatologias graves (TAVARES, 2010).

Perante todos os tópicos avaliados, pode-se observar que o desenvolver da criança tem a ver com o desempenho vinculado pelos pais, ao concluir podemos certificar que o evento de terceirizar as obrigações dos pais podem gerar danos no desenvolver incondicional da criança, já que por ficarem aos cuidados de outros que não sejam os pais, ceifados de tudo aquilo que os é de direito as crianças acabam ficando prejudicadas (BOWLBY, 2010).

4. O PAPEL DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO FAMILIAR FRENTE ÀS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS PAIS NO PROCESSO DA TERCEIRIZAÇÃO DOS FILHOS

O ambiente familiar é um dos primeiros ambientes ao qual qualquer indivíduo estará efetivamente inserido emocionalmente, sabendo-se que a principal visão de autoridade é os pais. Desta forma, à família cabe a transmissão de normas, ética, valores, ideais, crenças e proporcionam a formação dos cidadãos inseridos na sociedade (PIMENTA; LIMA, 2012).

Diante das diferentes configurações familiares, a família contemporânea, busca soluções para suas situações inusitadas, entre elas a terceirização dos filhos. Segundo Bradt (1995), para melhor entender o funcionamento familiar é necessário observar a sua estrutura, bem como observar as concepções de educação e interações nas relações que são desenvolvidas.

E acordo com Soares (2010) educar é: elevar, estimular a busca da perfeição, despertar a consciência, facilitar o progresso integral do ser. Sendo assim, o processo educativo é sempre uma relação de indivíduo para indivíduo.

Nessa perspectiva, é importante salientar a amplitude da psicologia e suas diversas maneiras de contribuir com os sujeitos envolvidos. De acordo com Serafim (2012), a psicologia percorre a análise e interpretação emocional, da estrutura de personalidade das relações familiares, bem como repercute esses aspectos na interação do indivíduo com o ambiente.

Dessa forma, compreende-se que cada membro da família possui uma dinâmica de funcionamento diferente e única que deve ser considerada. Ou seja, o psicólogo precisa decidir e atuar diretamente neste contexto, considerando a subjetividade de cada sujeito (BROCKHAUSEN, 2012).

Segundo Ribeiro (2006), o psicólogo enquanto profissional recebe a família de uma perspectiva de aconselhamento, atendendo seus membros e proporcionando um processo de reflexão de vida. Isso acontece por meio de um diálogo aberto entre o profissional e cada sujeito envolvido.

De acordo com Vizzotto e Gomes (2009), entende-se que o psicólogo clínico familiar não sugere solução, afinal não é essa a sua função. O seu papel diante a essa situação é potencializar o grupo em suas reais capacidades, e auxiliá-los a encontrar a solução pela busca de recursos emocionais desenvolvendo suas

atividades pautadas na individualidade de cada indivíduo, a fim de ajudar no seu crescimento pessoal, emocional e social.

O cenário familiar mediante conflitos, deve ser repensado em sua totalidade, inclusive as relações hierárquicas para buscar fatores determinantes para cada, assim é possível criar condições para o estabelecimento de informações e troca de ideias para garantir a mudança necessária dos sujeitos, promovendo a atuação frente às dificuldades relacionais (MACHADO, 2000).

Para Biasoli-Alves (2005) o estudo do contexto familiar pelo psicólogo, ajuda a entender as ações da criança, compreendendo o papel dos pais e quais os seus reflexos no desenvolvimento da criança, bem como a relação existente entre pais e filhos.

Nesse sentido, cabe enfatizar o papel do psicólogo no contexto familiar mediante as dificuldades encontradas pelos pais no processo de terceirização dos filhos. Em suma, o psicólogo pode intervir junto aos pais e a criança para direcionar atividades de análise das situações cotidianas, e a caracterização de convívio interno e externo que a criança possa estar inserida com o intuito de favorecer a relação pais e filhos, minimizando possíveis transtornos relacionados à ambivalência (FONSECA, ROSIN, 2014).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise das influências positivas e negativas que as ambivalências na educação dos filhos podem causar aos mesmos. Além disso, também permitiu evidenciar as consequências que essa terceirização pode causar aos filhos, identificando a importância do psicólogo neste processo.

Ao analisar o contexto histórico da evolução da educação brasileira, diversos autores ressaltam que a educação dos filhos precisa estar ligada aos direitos da família, principalmente da mãe que trabalha, assim, constata-se que os institutos educacionais são um direito adequado de uma grande conquista.

Ao abordar o questionamento da ambivalência na educação dos filhos evidenciou que a educação é uma das principais funções da família e que ela é responsável por exalar a criança valores, perspectivas culturais e entendimento do meio ao qual a mesma está inserida. E que ainda que essa seja uma obrigação inteira da família, em diversos casos a mesma não participa nem de metade da formação individual da criança, conseqüentemente, acabam dificultando o desenvolvimento educacional da criança devido indiferenças de pensamentos e atitudes frente ao dever de educar.

Nesse sentido, observou a grande importância do psicólogo nesse contexto, que é o poder de intervir junto aos pais e a criança para direcionar atividades de análise das situações cotidianas, e a caracterização de convívio interno e externo que a criança possa estar inserida com o intuito de favorecer a relação pais e filhos, minimizando possíveis transtornos relacionados à ambivalência.

Dada à importância do assunto, o presente estudo é relevante pois relata estudos sobre forma de intervenção em casos ambivalência da educação, elucidando a importância do psicólogo para uma concretização e harmonização de uma relação entre pais e filhos, para uma evolução saudável do desenvolvimento dos filhos e dos pais como papel de educadores.

Em suma, o presente trabalho respondeu o problema de pesquisa e cumpriu os objetivos propostos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, E. B. P. **A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil.** Revista Psicopedagogia, São Paulo, v.28, n.85, p. 67-75, 2011.

BIASOLI-ALVES, Z. **Orientação de pais: partilhar conhecimentos sobre desenvolvimento e práticas de educação como estratégia de intervenção.** Texto & Contexto – Enfermagem, v.14 (Esp.) p.64-70, (2005).

BENCZIK, Edyleine Belline Peroni. **A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil.** São Paulo, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862011000100007> Acesso em 26/05/2020

BOWLBY, J. **Trilogia Apego e Perda. Volumes I e II.** Editora Martins Fontes. São Paulo, 1990.

BRADT, J. O. **Tornando-se Pais: famílias com filhos pequenos.** Em B. Carter & M. McGoldrick (Orgs.), **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar** Porto Alegre: Artes Médicas. p. 206-222, 1995.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado: Federal: Centro gráfico, 1988

BRASIL, **Lei nº2.040, de 28 de setembro de 1871. Lei do Ventre Livre.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm> Acesso em 27/05/2020

BROCKHAUSEN, T. **A Lei da Alienação Parental e a Síndrome da Alienação Parental: esclarecimentos.** Diálogos. Brasília. p. 17, 2012.

FERREIRA, M. C. R. (Org.). **Os fazeres na educação infantil.** São Paulo: Cortez, 2000.

FONSECA, S. F. C., ROSIN, A, T. (Org.) **Psicologia Escolar: ética e competências na formação profissional.** Campinas: Alínea, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, p.184, 2010.

GOES, J. R.; FLORENTINO, M. **Crianças escravas, crianças dos escravos.** In: PRIORE, Mary Del. História da criança no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 1997.

FREUD, S. (1915). O Recalque. In: FREUD, S. **Escritos sobre a psicologia do inconsciente.** v. 1. Rio de Janeiro: Imago, p. 175-193, 2004.

GUIMARÃES, D. **Relações entre bebês e adultos na creche: o cuidado como ética.** São Paulo: Cortez, 2011.

KRAMER, Sonia. **A política pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce.** 5. ed. São

Paulo: Cortez,1995.

KUHLMANN JR. Moysés, M. **Histórias da educação infantil brasileira.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n.14, p.5-18, 2000.

KUHLMANN JR. **Educando a infância brasileira.** In. LOPES, E. M., FARIA FILHO, L. M., VEIGA, C. G. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte, Autêntica, 2000a, p. 469-496.

KUHLMANN JR. **Infância e educação Infantil: uma abordagem histórica.** 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LA TAILLE, Y. **Desenvolvimento moral: a polidez segundo as crianças.** Cadernos de Pesquisa, v.114, p.89-119, 2001.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico:** a pesquisa bibliográfica. Rev. katálysis v.10 n.spe Florianópolis, 2007.

LIMA, R. C. B. A importância da babá na construção da subjetividade. Primórdios. Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 53-66, 2015.

MACHADO, A. M. **Avaliação Psicológica na Educação: mudanças necessárias. Psicologia e Educação: desafios teórico-práticos.** p. 143-167. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

MAINETTI, A. C.; WANDERBROOKE, A. C. N. S. Avós que assumem criação dos netos. Pensando Famílias, v. 17, n. 1, p. 87-98, 2013.

MARTÍNEZ, A. M. **O que pode fazer o psicólogo na escola?** Brasília, v. 23, n. 83, p. 39-56, mar. 2010.

MARTINS filho, J. **A Criança Terceirizada – Os descaminhos das relações familiares no mundo contemporâneo.** Editora Papyrus. Campinas/SP, 2007.

MICARELLO, Hilda. Formação de professores da educação infantil: puxando os fios da história. In. ROCHA, E. A. C.; KRAMER, S. (Orgs). **Educação Infantil: enfoques e diálogos.** Campinas, SP: Papyrus, p.432, 2011.

MINUCHIN, S. **Famílias - funcionamento & tratamento.** Trad. Jurema Alcides Cunha. Porto Alegre, Artes Médicas. 1982.

NASCIMENTO, E. C. M. **Processo histórico da Educação Infantil no Brasil: Educação ou Assistência?** 2015, disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17479_9077.pdf> Acesso em 27/05/2020

OLIVEIRA, A. M. **O que pode fazer o psicólogo na escola?** Brasília, v. 23, n. 83, p. 39-56, mar. 1993.

OLIVEIRA, C. B. E. **A relação família-escola: Intersecções e desafios.** Estudos de Psicologia, v.27, n.1, p.99-108. 2010.

OLIVEIRA, P. G. **A atuação do psicólogo frente a ausência da família na educação escolar.** III Conedu - Congresso Nacional de Educação. 2016.

PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M. C. G. **A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional.** Revista HISTEDBR On-line. Campinas, SP, n.33, p.78-95, 2009.

PEDRO, C. B.; GUEDES, O. S. **As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres.** 2010. Disponível em: 117 Id on Line Rev. Mult. Psic. V.13, N. 44, p. 97-117, 2019.

PIMENTA, A.; LIMA, P. L. **Pais e mães protegem, acarinham e brincam de formas diferentes.** Análise Psicológica, Lisboa, v.32, n.4, p. 419- 437. 2012.

QUEDNAU, Fernanda Sutoff. **O conflito entre a maternidade e o trabalho na mulher pós moderna.** Disponível em: Acesso em: 03/12/2017.

RAFAEL, C. S. C. **Projeto de investimento: Geração Sorriso – creche e jardim de infância,** Lisboa, 2009.

ROHDE L.A. *et al.*, **A função paterna no desenvolvimento do bebê.** Rev Psiquiatr RS, v.13, n.3, p.127-35, 2000.

RIBEIRO, J. P. **Terapia: Conceitos Básicos.** São Paulo: Summus, 2006.

RIOS, S. H. V.; BARROS, R. C. BASTOS A. **O ambiente na educação infantil e a construção da identidade da criança.** Em Aberto, *Brasília*, v. 30, n. 100, p. 71-81, 2015.

SATIR, V. **Terapia do grupo familiar.** Trad. Achilles Nolli. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976, 1980.

SERAFIM, A. **Psicologia e Práticas Forenses.** São Paulo: Manole, 2012.

SILVA, P. T. **A infância multifacetada: Representações e práticas discursivas no Paraná do início do século XX.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2007.

SINAY, Sergio. **A sociedade dos filhos órfãos.** Rio de Janeiro, BestSeller, 2012.

SOARES, J. M. **Família e Escola: Parceiras no Processo Educacional Da Criança.** IESAP. Amapá, 2010.

SOUZA, C. L. C., & BENETTI, F. P. C. **Paternidade contemporânea: levantamento da produção acadêmica no período de 2000 a 2007.** Paidéia, v.19, n.42, p. 97-106, 2009.

SOUZA, M.P.R. As contribuições dos estudos etnográficos na compreensão do fracasso escolar no Brasil. Em: A.M. Machado & M.P.R de Souza (Orgs.), **Psicologia Escolar: em busca de novos rumos**. p.139- 156. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

SPADA, A. C. M. **Processo de criação das primeiras creches brasileiras e seu impacto sobre a educação infantil de zero a três anos**. *Revista Científica Eletrônica de Pedagogia*. São Paulo, v.5, 2005.

SPITZ, R. **O primeiro ano de vida: um estudo psicanalítico do desenvolvimento normal e anômalo das relações objetais**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

TIBA, Içami. **Quem ama educa**. São Paulo: Editora Gente, 2002.

VIZZOTTO, M.M.; GOMES, R.A. **Descrição de queixas e indicadores diagnósticos de famílias atendidas em psicoterapia domiciliar**. São Paulo Instituto Metodista de Ensino Superior. *Psicologia Informação*: Ano13, n.13, jan./dez. 2009.

WINNICOTT, Donald. **Conversando com os pais**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WINNICOTT, Donald. (1950). **Algumas considerações sobre o significado da palavra democracia**. In: **A família e o desenvolvimento individual**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. 1ªed.-São Paulo: Martins Fontes, p. 227-247. 2001